

PRONOME, PESSOA DO DISCURSO E POSSESSIVIDADE

Luiz M. M. de Barros, da UFF
Terezinha Bittencourt, da UFF-ABF

1. Introdução

Entre os antigos gramáticos gregos, a substituição e o valor dêitico, a par da noção básica de pessoa, eram justamente às propriedades funcionais que serviam para distinguir os pronomes das demais classes de palavras. No que concerne especificamente aos possessivos, Apolônio Díscolo (séc. II d.C.) considerava tais pronomes como substitutos dêiticos bipessoais (*Pronome*, 17, 1), atribuindo a um gramático chamado Dracão a paternidade da expressão “bipessoais” (*diprosopous*), termo que também aparece na definição dos possessivos apresentada num compêndio gramatical supostamente escrito por Dionísio Trácio no séc. II a.C. (*Technè*, 17) e ainda hoje reconhecido, apesar das controvérsias, como o mais antigo estudo sistemático do grego que chegou até os nossos dias.

No âmbito da descrição tradicional da língua portuguesa, os possessivos têm sido costumeiramente caracterizados de dois modos bastante semelhantes. Por um lado, reitera-se a idéia de que constituem um conjunto de unidades ligadas às noções de posse e pessoa gramatical; por outro, recorre-se à idéia de que são manifestações dos pronomes pessoais com valor genitivo. É oportuno lembrar que em latim as formas do pronome pessoal no caso genitivo são tidas como emprestadas do possessivo. Talvez por isso, há mais de um século Soares Barbosa (1862:122) já doutrinava que em nosso idioma os possessivos “substituem o complemento restritivo, ou genitivo, que falta nos casos dos pessoais primitivos”.

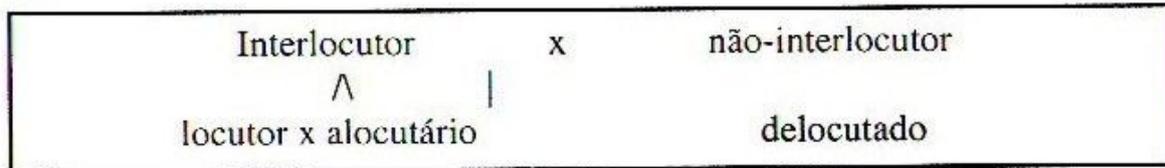
Tomando o conjunto das idéias acima como ponto inicial de questionamento, inevitável se torna desdobrar o debate em diferentes tópicos, dentre os quais serão aqui brevemente examinados os seguintes: as pessoas do discurso; a definição de possessividade; o relacionamento do caso genitivo com os possessivos; a organização dêitica e a interpretação do pronome como substituto nominal.

2. As pessoas do discurso

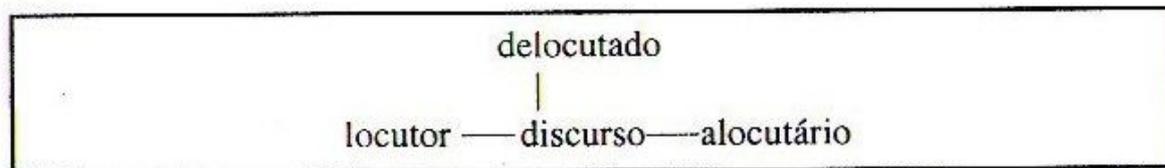
Já se encontra em Aristóteles (*Retórica*, I, 1358b) a afirmação de que todo discurso pressupõe obrigatoriamente três seres ou “pessoas”: o ser que fala (1ª pessoa), o ser a que se fala (2ª pessoa) e o ser de que se fala (3ª pessoa). Trata-se de uma tricotomia que tem como fundamento a idéia, previamente discutida por Platão (*Crátilo*, 388b), de que as palavras existem para estabelecer relações entre os indivíduos, e destes com o mundo dos objetos. Nos tempos atuais, as três pessoas do discurso costumam ser identificadas, respectivamente, pelos termos *locutor*, *alocutário* e *delocutado* (fr. “delocuté”). Em con-

junto, locutor e alocutário constituem os interlocutores do processo comunicativo: o primeiro é o sujeito que se toma como fonte da enunciação ou aquele que efetivamente enuncia; o segundo, o sujeito a que se destina a comunicação ou aquele que efetivamente interpreta o enunciado. Considera-se o delocutado como todo objeto de designação diferente do locutor e do alocutário. À vista do exposto, é possível configurar os dois seguintes esquemas:

(I)



(II)



Não se pode perder de vista que *pessoa do discurso* nem sempre manifesta o *sujeito*, isto é, a pessoa enquanto individualidade humana (ou humanizada), que se define como o “ser capaz de conhecer e falar”, desdobramento semântico do que se apresenta condensado em **ζῶον λογιστικόν**, expressão do pensamento aristotélico em que *ratio* e *oratio* se fundem e se comprovam na inteligibilidade do **λόγος**. Conforme já assinalado por Benveniste (1966: 251-3) somente as formas lingüísticas investidas do valor de 1ª ou 2ª pessoa do discurso é que têm a faculdade de presentificar o sujeito em cada instância do dizer. Afinal, locutor e alocutário, seres com o poder de enunciar e interpretar (conhecer), constituem os pólos da dimensão intersubjetiva que a finalidade comunicativa da linguagem necessariamente faz supor. A 3ª pessoa do discurso, como bem viu Benveniste (1966: 255), equivale à “non-personne” (não-sujeito) ou ao “membre non marqué de la corrélation de personne”, pois sempre aponta para o que objetivamente se situa no horizonte do circuito interlocutório, em cujas pontas se acham o *eu* e o *tu*. De fato, as expressões verbais de 3ª pessoa designam, de modo definido ou indeterminado, seres de qualquer natureza concebidos como *objeto* da fala, como aquilo que o *eu* representa no que enuncia para ser apreendido pela inteligência do *tu*. Por conseguinte, a 3ª pessoa descortina uma dimensão objetiva, espaço da relação entre o sujeito e o Universo, pressuposto da finalidade cognoscitiva da linguagem.

Muito antes de Benveniste, a concepção do delocutado como termo negativo em relação às duas outras pessoas do discurso já tinha sido claramente formulada por J. Harris (1765: 171): “There are but two *Sexes*, that is to say, the Male and the Female; and but two *Persons* (or Characters essential to

discourse) that is to say, the Speaker, and the Party address. The third Sex and the third Person are improperly so called, being in fact but Negations of the other two". Cabe ainda salientar que as idéias de Benveniste sobre a irrupção da subjetividade na linguagem encontram precedentes e notáveis pontos de semelhança nas reflexões do filósofo austríaco F. Ebner (1882 - 1931), conforme atesta a seguinte passagem:

O "é" exprime sempre um modo de ser impessoal; não só quando está em relação com algo de per si impessoal (animais, plantas, coisas), mas também quando usado em relação a uma pessoa, seja um homem ou mesmo Deus. A afirmação do ser na primeira e na segunda pessoa é evocação e denominação de um ser "subjetivo"; na terceira pessoa, é evocação e denominação de um ser "objetivo", "impessoal", "substancial". (*Schriften I*. München: Kösel-Verlag, 1963, p.254.)

Pela finalidade comunicativa da linguagem, todo enunciado tem como princípio implícito a enunciação "eu te digo que", na qual se configura, pela presença da 1ª e da 2ª pessoa, o domínio da intersubjetividade. Fora deste domínio, está naturalmente a 3ª pessoa. Daí ser denominada "o que está ausente" (*al-?âyibu*), por gramáticos árabes, ou ser referida como "o que não é falante nem ouvinte", na tradição greco-romana. Numa linha paralela de raciocínio, Tesnière (1966: 117) estabelece oposição entre *ontivo* (os participantes da interlocução) e *anontivo* (o delocutado, o excluído da relação intersubjetiva). O ontivo, por sua vez, se subdivide em *auto-ontivo* (locutor) e *antiontivo* (alocutário).

No processo dialógico, falante e ouvinte correspondem a autênticas *pessoas* não apenas porque se constituem em sujeitos (personalidades), mas também porque se fazem de personagens. Como no teatro grego, os indivíduos, nas suas múltiplas interações impostas pela realidade do cotidiano, sempre se revestem de determinada "máscara" ou "face" (gr. *prósopon*; lat. *persona*), pois sempre agem na condição de professor, médico, juiz, patrão, empregado, etc. Assumem, portanto, uns perante os outros, este ou aquele papel, transformando o mundo das coisas, conforme lembra uma velha e apropriada metáfora, em imenso espaço agônico, lugar do contínuo desenrolar de tragédias e comédias criadas pelo imperativo da própria convivência. Isto, provavelmente, influenciou os gramáticos da Antigüidade ocidental a chamarem o locutor e o alocutário de *personae*, visto que nos cenários de intercâmbio semiótico ambos se encontram e se confrontam como atores do drama verbal.

As diferentes faces com que falante e ouvinte se apresentam no contexto dialógico resultam naturalmente da necessária condição sócio-histórica de todo ser humano. Locutor e alocutário não se resumem ao *animal rationale* nem se reduzem a simples individualidade empírica. Ao entrarem no circuito da fala, ambos abandonam a situação de ser em si e para si, transfigurando-se em ser social. O *homo socialis*, por sua vez, emerge no espaço vital como sujeito da história e sujeito à história. Quem vem ao mundo é de imediato envolvido pelo

manto de usos e costumes que se fazem pelo poder criativo próprio do *homo sapiens* e que se desfiam em ritos e mitos, crenças e tabus, leis e convenções, conceitos, preceitos e preconceitos. Num trabalho contínuo e dialético, o sujeito livre e pensante conjuga tradição com inovação, tecendo e alongando a interminável rede da História, na qual ineludivelmente se enreda.

Os diferentes papéis assumidos por falante e ouvinte, enquanto partícipes ou parceiros na construção do discurso, estão na base da chamada teoria das faces, “rôles interactionnels” e “statut social”, inspirada em idéias de Goffman e de largo uso no campo da análise da conversação. As diferentes *personae*, que os interlocutores ostentam na instância da enunciação, projetam identidades historicamente instituídas que podem estabelecer certa “distância horizontal” (sócio-afetiva) ou “vertical” (hierárquica) entre os membros de uma comunidade, dando origem, nas mais diversas línguas, a variados modos de tratamento do alocutário.

3. A definição dos possessivos

Os **pronomes possessivos** são palavras do sistema gramatical que servem para indicar o que é de determinada pessoa do discurso por força de uma relação de dependência com variáveis fundamentos. Entre os primeiros gramáticos gregos, a noção de pessoa do discurso era considerada como condição indispensável para a definição de uma palavra como pronome. Para eles, o pronome (*antonumía*) é um substituto nominal de natureza dêitica / anafórica, que sempre carrega em si a idéia de pessoa. Por isso mesmo, o que hoje se denomina pronome “pessoal” era chamado de pronome “primitivo” (*protótupos*) ou “unipessoal” (*monoprósopos*), por oposição ao pronome “possessivo” (*ktetiké*), que era sobretudo identificado como pronome “derivado” (*parágogos*) ou “bipessoal” (*diprósopos*).

Evidentemente, a relação que os pronomes possessivos estabelecem não ostenta como *fundamentum* necessário a idéia corriqueira de posse (o fato de alguém ter em seu poder ou à sua disposição, para livre uso e gozo, determinado bem material). É o que demonstram os seguintes enunciados:

(01) Furtaram o meu carro.

(02) Ele é seu pai.

No primeiro exemplo, o pronome *meu* pode indicar relação de “propriedade jurídica”, mas não de posse ou propriedade *stricto sensu*, já que o veículo se encontra fisicamente em poder de quem praticou o furto. No segundo exemplo, o pronome *seu* indica vínculo de parentesco ou filiação. A rigor, o ato de possuir, genericamente interpretado, pode ter como paráfrase a seguinte construção: “*x* **tem** de certo modo *y*”. Invertendo-se a ordem dos termos, o resultado semântico será: “de certo modo *y* é **pertencente ou pertinente a** *x*”, o que equivale, mais resumidamente, à fórmula “de certo modo *y* é **de** *x*”. Não há, portanto, relação possessiva (*habere*) sem a implicação de um *pertinescere* ou *pertinere*, isto é, sem a consequência lógica de que um ser (*y*), por força de algum liame natural ou cultural, pertence à essência ou participa (é próprio) da

existência de outro ser (*x*). Conforme já observado por Bally (1965: 109) e por Benveniste (1966: 195-9), o “**é de**” corresponde ao avesso do “**tem**”: este relaciona o possuidor à coisa possuída; aquele faz justamente o contrário. Ambos, em síntese, consubstanciam a correlação entre possuir e “ser possuído” (pertencer), valores que especularmente recobrem o eixo semântico da possessividade e que pressupõem a instauração, por dependência, de estreita ligação entre duas entidades. No campo das investigações filosóficas, a noção de posse *lato sensu* se aproxima do que autores contemporâneos, como Chris Swoyer (1996), rotulam com o termo *propriedade*: aquilo que é atributo de determinada coisa. Na tradição aristotélica, o elo de dependência instituído pelo par correlato “ter” / “ser de” serve para atualizar a predicação accidental (“hazzing predicate”, na terminologia de alguns logicistas). Nesta linha de entendimento, todo acidente corresponde ao que só existe como algo inerente ou aderente a uma substância, isto é, como algo que uma substância **tem** em si a título de atributo intrínseco ou extrínseco, contingente ou necessário, absoluto ou relativo.

No âmbito da lingüística contemporânea, pesquisadores de diferentes orientações têm dedicado particular atenção ao fenômeno da possessividade. Estudos sobre o assunto, feitos no campo da gramática cognitiva e da gramática gerativa, já foram detidamente analisados por Taylor (1996). Dentre as muitas propostas de definição / caracterização do conceito de possessividade, surgidas nas duas últimas décadas, serão aqui brevemente examinadas a que é feita por Seiler (1983: 89-117), a que se acha em texto de Langacker (1993:1-38), a que se encontra em obra de Charaudeau (1992) e a que sugere, voltando-se para a descrição do português, M. Moura Neves (1993).

Para Seiler, a idéia de posse que as línguas manifestam corresponde a uma relação entre duas “substâncias”: PSR (= possuidor) e PSM (= objeto possuído). Neste conjunto binário, o PSR é configurado como “+animate, +human and +EGO or close to speaker”, enquanto que o PSM se apresenta como algo “+ or - animate”. Evidentemente, Seiler não *define* posse, possuidor e possuído: apenas *mostra* que a possessividade implica a existência de um vínculo entre dois seres e *aponta* certas características de ambos. Trata-se, a rigor, de uma descrição demasiadamente genérica, que não captura certas assimetrias entre possuidor e objeto possuído nem identifica o que a relação possessiva essencialmente é.

Influenciado por trabalhos no campo da mereotopologia, Langacker afirma que a possessividade emerge quando o falante “localiza” uma entidade em função de outra, instaurando entre ambas um contato mental. Uma das entidades é tomada como ponto originário de referência para se estabelecer o contato. Daí resulta uma interpretação genérica de possessividade que tem por base o que Langacker denomina “reference-point model” (RP). Subjacente a tal modelo está a idéia de que no mundo há coisas que são mais notáveis ou salientes do que outras. Exemplificando, teriam, respectivamente, maior e menor grau de saliência: a) o todo em relação às suas partes; b) o elemento concreto

em relação ao abstrato; c) o ser humano em relação ao inanimado. A tese central do “RP model” é a de que o sujeito observador (C) normalmente localiza ou situa objetos sem notável saliência a partir daqueles que são salientes, e não o contrário. Mais detalhadamente, o modelo configurado por Langacker inclui o seguinte: 1) o ponto de referência (R), que representa, em determinado domínio (D), o objeto com saliência, em cuja vizinhança certo objeto-alvo (T), não saliente, é situado. O domínio (D) corresponde a um conjunto de entidades que podem ser localizadas em função de (R). Nesta configuração, o possuidor se identifica com (R); o objeto possuído, com (T).

É inegável que o esquema elaborado por Langacker procura dar conta das vinculações assimétricas que se instauram entre (R) e (T). Além disso, tem o mérito de abarcar toda uma variada gama de sentidos que as construções possessivas podem exteriorizar. Enfatize-se, porém, que o esquema proposto, apesar de roupagem nova, pouco acrescenta à velha interpretação localista que associa o valor “possessividade direcionada” ao significado de certas formas casuais e preposicionais. Diga-se ainda que o modelo de Langacker não elimina nem contraria a idéia de que as fórmulas “x tem y” e “y é de x” precisamente simbolizam o anverso e reverso da relação de posse. Neste ponto, é sintomático que lingüistas ligados ao gerativismo, como Freeze (1992) e Kayne (1993), afirmem que em inglês o verbo *have* pode ser visto como uma derivação do verbo *be* preposicionado. Tal interpretação lembra, naturalmente, o admirável estudo de Benveniste (1966: 187-207) sobre a ocorrência, origem e relação, em diversas línguas, de formas verbais do tipo “être” e “avoir” (*esse* e *habere*) com a função de indicar as noções de existir e possuir.

De acordo com Charaudeau (1992: 191-203), os pronomes (adjetivos) possessivos participam de uma operação semântica que consiste em estabelecer uma relação de interdependência entre, pelos menos, dois elementos, dos quais um é sempre pólo de referência, que podem se encontrar “dans une combinaison d’appartenance (AVOIR) ou d’actance (FAIRE)”. Na relação do tipo *avoir* (ter), considera-se algo como pertinente ou pertencente à pessoa que o possessivo indica: “Você tem um olhar que me fascina.” ? “Seu olhar me fascina.”. Na relação do tipo *faire* (fazer) considera-se a pessoa indicada pelo possessivo como agente ou paciente de uma ação expressa pelo substantivo deverbal: “Ele cresceu muito rápido.” ? “Seu crescimento foi muito rápido.”. A distinção, todavia, que Charaudeau estabelece entre os dois tipos de relação (*avoir* e *faire*) conflita com o princípio da parcimônia (irreduzibilidade) que os lógicos recomendam seja levado em conta nas operações de divisão e classificação. A rigor, a estrutura do tipo *fazer* é redutível a um modo de *ter*, pois pode-se afirmar que o possessivo simplesmente assinala que certa pessoa do discurso **tem**, como agente ou paciente, relação com o processo indicado pela forma nominal.

Resgatando idéias dos antigos gramáticos gregos, M. H. Moura Neves (1993: 201-2) afirma que o pronome possessivo serve para estabelecer entre duas pessoas do discurso múltiplas relações semânticas, dentre as quais a de

posse *stricto sensu* pode ser considerada prototípica. Tal ponto de vista, ainda que admissível, apenas desvela uma característica própria (relação bipessoal) e outra contingente (posse *stricto sensu*) do modo de existência do referido pronome; não alcança, porém, a invariante funcional por que ele essencialmente se identifica na língua portuguesa. O simples fato de indicar relação bipessoal não distingue os possessivos de outras *partes orationis*, como as conjunções e preposições, que também podem exercer tal função (cf. *eu e você; de mim para ele*). Acrescente-se que o valor prototípico, acima mencionado, alternativamente representa: a) uma variante de realização habitual ou “normal”, conforme definida por Coseriu (1980: 122-5), de certa invariante semântica do sistema lingüístico; b) uma classe extralingüística de coisas designadas. De modo geral, a Semântica prototípica confunde *meanings* (significados), que pertencem ao plano idiomático, com *things meant* (designados), que pertencem ao contexto referencial: de regra são feitas análises e classificações destes, sem nenhuma identificação e apreensão daqueles. Por último, cabe lembrar que ao lado da noção de “posse”, *stricto sensu*, outros valores, como “posse inalienável”, “posse alienável”, “qualidade de um objeto”, “parentesco”, etc., não correspondem exatamente ao significado dos possessivos em português. São, na verdade, matizes semânticos (sentidos) que ocorrem no texto e que decorrem tanto do saber idiomático dos interlocutores quanto do saber que eles possuem sobre os múltiplos laços que se instauram entre os seres designados pelas pessoas do discurso e os objetos que se manifestam na infinitude do real e do imaginário. Não se pode esquecer que as co-operações verbais concretas, a construção e a interpretação de enunciados em determinado contexto, dependem não apenas do conhecimento da língua, mas também do conhecimento que cada indivíduo carrega consigo das coisas deste mundo e de outros possíveis.

Considerando tudo o que já foi discutido, nada impede que se continue a interpretar e classificar como **pronome possessivo** qualquer uma das palavras gramaticais da série *meu, teu, seu, nosso e vosso*. Outra solução, a seguir discutida, seria juntá-las ao sistema dos pronomes pessoais e classificá-las como formas no caso genitivo, por contraste com as formas nos casos reto (função de sujeito) e dativo/acusativo (função de objeto).

4. Possessivos e genitivo

A relação entre genitivo e possessivos, aceita por vários autores da atualidade sem quaisquer restrições, faz parte de uma longa tradição, que começa nos textos dos antigos gramáticos gregos e passa pela mais antiga gramática da nossa língua, escrita por Fernão de Oliveira no século XVI. Tal relação, todavia, esbarra em sérias dificuldades, visto que a definição da categoria de caso e de seus valores é ainda hoje uma *vexata quaestio*, apesar dos numerosos trabalhos sobre o assunto, dentre os quais se sobressai um estudo minucioso e polêmico feito por Hjelmslev (1978). Sob influência das chamadas “teorias localistas”, Hjelmslev sustenta a tese de que a categoria de caso tem como principal dimensão ou eixo semântico a noção abstrata de **direção**, que se pro-

jeta e se comprova no espaço real, temporal e ideal (plano lógico ou nocional). Da articulação do referido eixo semântico resultam os termos contrários *aproximação x afastamento* e o termo neutro *repouso*. A estes se poderiam acrescentar os subcontrários *não-aproximação x não-afastamento* e o termo complexo que subsume as noções de afastar-se e aproximar-se de determinado ponto.

Em busca da invariante funcional subjacente às variantes de significação que se manifestam na atividade concreta da fala, Hjelmslev (1978:127) retoma e endossa opinião do gramático bizantino Máximo Planudes (c. 1260 - 1310) de que o caso genitivo tem como função básica indicar “afastamento”, o que obviamente implica a idéia de um ponto de partida, isto é, a idéia de que a relação entre os termos sempre emana ou deriva de um deles. Não se pode ignorar que o nome atribuído pelos gregos ao caso genitivo (**γενική**) está ligado ao substantivo **γένος**, que, entre outros, tem o sentido de “origem”.

Seguindo outra linha de interpretação, G. Hermann, cujas idéias foram analisadas e consideradas inovadoras por Hjelmslev (1978: 52-6), levanta a hipótese de que o genitivo é o caso da inerência, pois indica a substância em que um acidente se insere. Na esteira de vários latinistas e indo-europeístas, Meillet (1949:345-6), por sua vez, afirma que o caso genitivo serve fundamentalmente para estabelecer vínculo entre um todo e sua parte (função partitiva) ou entre um ser e seu atributo (função adnominal). Na verdade, o conceito de inerência de Hermann e as duas funções apontadas por Meillet se identificam pela fórmula “y é de x”. São, portanto, redutíveis à noção genérica de possessividade / pertencimento (“possessão / pertença”, conforme preferem Mario Barreto e outros autores mais antigos). Acrescente-se que a diferença entre “parte” e “atributo” é mera decorrência do modo de conceber ou apreender as coisas como *quantitas* ou *qualitas*.

É curioso notar que a *Technè* gramatical atribuída a Dionísio Trácio de certo modo já aponta para a possibilidade de conciliar as diferentes interpretações do genitivo acima discutidas, pois assinala claramente (cap. 12) tratar-se de um caso que serve para exprimir tanto o valor possessivo (**κτητική**) quanto a noção de origem ou descendência (**πατρική**, termo que certamente inspirou Varrão, gramático latino do séc. I a.C., a chamar o genitivo de *casus patricus*). Admitindo tal entendimento, pode-se dizer que o genitivo, além da idéia de posse *lato sensu*, também indica que o possuidor é sempre tomado como *terminus a quo* (princípio, origem, causa, sujeito, agente, ponto de partida) da relação com o termo que representa o objeto possuído. Trata-se, pois de uma relação de possessividade direcionada. No plano metalingüístico, este valor que se confere ao genitivo pode ser formalizado com o emprego do símbolo *de* e da seta para representar origem e direcionamento da relação; os símbolos (x) e (y) representam os termos relacionados, possuidor e objeto possuído, respectivamente. Assim, temos:

$$(y) \leftarrow de (x)$$

Releva notar, todavia, que muitos autores preferem considerar o genitivo como o *casus generalis*, associando ao grego **γενική** o sentido de “genérico”, em vez de “genético”. Para o neogramático H. Paul, o genitivo serve essencialmente para relacionar um nome a outro (função adnominal ou atributiva), sendo secundário e variável o *fundamentum* da relação. Assim, seria o genitivo o *casus generalis* não só por ser **geralmente** utilizado para vincular dois nomes, mas também por estabelecer entre eles relações **em geral** ou indicar, segundo alguns autores, o **gênero** (classe) a que pertence aquilo que o nome determinado designa. Cabe lembrar que no conjunto das formas nominais se podem incluir os pronomes, adjetivos, numerais e advérbios. Para justificar o uso genitivo com certos verbos, como sucede nas construções latinas *eorum nos miseret* e *accuso te furti*, quase sempre se apela para as seguintes razões: 1) sobrevivência na língua de um antigo caso indo-europeu, semelhante ao genitivo, que se combinava com diferentes classes de palavras; 2) ocorrência da elipse nominal. Esta segunda hipótese é veementemente defendida por Sanctius (Sanchez) em texto sobre o latim publicado em Salamanca no ano de 1587 (*Minerva: seu de causis linguae Latinae*). Supondo-se que o genitivo representa nada mais que um valor relacional genérico, as noções particulares que normalmente assume serão mera decorrência do contexto. Assim, a construção latina *timor hostium* pode ser interpretada, de acordo com a situação, como genitivo subjetivo (*os inimigos têm medo*) ou genitivo objetivo (*o medo que se tem dos inimigos*). O mesmo sucede com *amor patris*, que se pode ler como *amor do pai* ou *amor ao pai*.

Filiando-se à corrente dos generalistas, Benveniste (1966: 147) afirma que o genitivo em latim tem precipuamente a função de indicar relação de dependência entre nomes, neutralizando ou assumindo as funções que o nominativo e o acusativo exercem junto ao verbo. Deste modo, as formas de nominativo e de acusativo que ocorrem em *consul advenit* e *pati dolorem* se transformam nas formas de genitivo que aparecem nas construções nominais *adventus consulis* e *patientia doloris*. Daí, segundo Benveniste, teriam derivado os demais empregos do genitivo.

Ao analisar o sistema casual e as preposições do latim, Pottier (1962: 267-97) oferece nova interpretação do genitivo como *casus generalis*. Para ele, os casos nominativo, ablativo, acusativo e dativo têm um valor cinético, isto é, servem para indicar movimento de afastamento ou aproximação de determinado ponto. Já o genitivo é o caso da simples relação estática ou da mera dependência, assemelhando-se, por sua função, aos adjetivos (cf. *regia domus / regis domus*).

O que se viu até agora torna possível dizer que o genitivo tem sido considerado como um caso que serve para estabelecer uma das seguintes relações: a) relação em geral; b) relação de origem/afastamento; c) relação de posse; d) relação de origem/posse (possessividade direcionada). Admitindo-se que os possessivos são formas de pronomes pessoais que carregam em si a função genitiva, torna-se à primeira vista natural identificar tal função com o valor (c)

ou (d). Sucede, porém, que estes valores são logicamente redutíveis ao conteúdo (b), já que a possessividade se manifesta quando se põe à parte, ou apartada, alguma coisa que originariamente se considera integrante de outra. Por sua vez, o conteúdo (b) é redutível ao valor (a). Ao final das contas, resta indagar se algum dos valores acima atribuídos ao genitivo efetivamente corresponde a um conteúdo não falseável pelos dados das diversas línguas. Qualquer, porém, que seja a resposta, não se pode perder de vista que em determinada língua uma mesma forma pode exercer diferentes funções, e a mesma função pode ser exercida por diferentes formas. Assim, a identificação pura e simples do genitivo com a noção (c) ou (d) não pode ignorar que em muitas línguas a relação de posse é indicada por formas do caso ablativo ou do caso dativo. Acrescente-se que o possuidor não é obrigatoriamente o “lugar de origem”, mas também pode ser visto como “lugar de chegada”, conforme demonstram certas construções em latim, com o emprego do caso dativo (*liber est mihi*) ou em francês, com o uso da preposição *à* (*ce livre est à moi*).

Do que foi acima exposto, pode-se abstrair o princípio de que os pronomes possessivos indicam a idéia de pessoa do discurso considerada como ponto inicial de uma relação de pertinência ou posse “lato sensu”. Deste modo, reúnem o conteúdo expresso pelos pronomes pessoais, como *eu, tu, ele*, etc. ao valor de *origem*, acrescido do traço [+ possessão], o que se pode, *ad argumentandum tantum*, identificar com a interpretação do genitivo como “possessividade direcionada”. Assim, o pronome *meu* pode ser analisado no plano metalingüístico em ([+ *eu*] [+ *origem*] [+ *possessão*]) ou parafrasticamente substituído por ([+ *eu*] [+ *genitivo*]). Como a idéia de posse implica a existência de uma coisa estreitamente ligada a outra, os pronomes possessivos servem de base para estabelecer incontáveis vínculos de ordem física ou orgânica, afetiva ou ideológica, intra-individual ou social. Isto quer dizer que podem ser usados para indicar algo que se prende às pessoas do discurso por amizade, carinho, simpatia, íntimo interesse, solidariedade, camaradagem, contigüidade, etc. É o que revelam os exemplos (1) e (2), acima apresentados, e também o que se observa nas seguintes frases:

- (03) Você é meu amorzinho.
- (04) Como vai o nosso querido doutor?
- (05) Ela é a minha cantora favorita.

Não se cogita aqui de certos traços semânticos, como [específico] e [definido], que os pronomes possessivos podem apresentar em algumas línguas, mas não ter em outras. Com efeito, pesquisas no campo da *Cross-linguistics* têm revelado importantes identidades e diferenças funcionais entre os sistemas de possessivos de diversos idiomas. A comparação e contraste entre o português e o inglês, por exemplo, mostram que o pronome *meu*, ao contrário do que sucede com a forma *my*, não é marcado com o traço [+ definido]. Daí a gramaticalidade de “o meu livro” e a agramaticalidade de “* the my book”.

5. Possessivos, dêixis e substituição

A dêixis é mecanismo lingüístico pelo qual se vinculam ao espaço e tempo da atividade enunciativa os seres designados pelas pessoas do discurso e tudo o que a elas se relaciona. As formas com função dêítica podem indicar alguma coisa que se situa dentro do texto (dêixis endofórica) ou fora dele (dêixis exofórica). No processo de atualização referencial, a dêixis permite a construção de um campo mostrativo que em cada ato de fala é delineado a partir do locutor (o “eu” do discurso) e da sua localização em determinado ponto do espaço (o “aqui” do discurso) e do tempo (o “agora” do discurso). Assim, a tricotomia *ego / hic / nunc* constitui o centro gravitacional da organização dêítica.

A par do campo mostrativo que tem como princípio de estruturação o sujeito emissor “posicionado” numa situação enunciativa (dêixis egocêntrica), Bühler (1979: 158) discute a existência de um outro sistema de indicações espaço-temporais que tem como ponto primário de orientação determinada parte da própria constituição física do homem ou, por analogia, de outros objetos (dêixis *topomnética*). Assim, quando se diz para alguém “Olhe para o carro à sua esquerda!”, a localização do veículo tem como ponto inicial de referência certa parte do corpo do próprio ouvinte. Este tipo de dêixis, todavia, é irrelevante para a presente discussão.

Todas as línguas possuem um conjunto de unidades significativas que servem para a indicação centrada no “eu-aqui-agora”. Estas unidades, que se podem simplesmente classificar como *signos dêíticos*, têm recebido diferentes denominações: “embreantes” (ing. *shifters*; fr. *embrayeurs*), “particulares egocêntricos”, “indicadores”, etc. Tais signos são às vezes divididos em *actanciais*, *locativos* e *temporais*. Entre os primeiros, incluem-se os pronomes possessivos.

Na trilha aberta por respeitáveis pesquisadores, Mattoso Camara (1964: 154) afirma que todos os pronomes são palavras dêíticas e, como tais, serviriam simplesmente para indicar as coisas, sem nomeá-las. Não teriam, portanto, uma significação geral, única e constante. Reduzidos a um gesto verbal, apenas apontariam, como se aponta com o dedo, para este ou aquele objeto, orientando a atenção do interlocutor para referentes sempre variáveis nas variáveis circunstâncias de enunciação. Embora amplamente aceita, tal suposição padece de vícios insanáveis. Por um lado, se os pronomes não tivessem um valor semântico próprio e estável, não poderiam ser funcionalmente diferenciados: perderiam a condição de signos historicamente instituídos (significantes carregados de *significados*, isto é, de conteúdos que se identificam e se delimitam, em determinado corte sincrônico, no interior de cada sistema idiomático), transformando-se num amontoado de simples sinais materiais, suscetíveis de serem indiscriminadamente usados como índice ou indício de qualquer objeto. Por outro lado, a redução dos vocábulos dêíticos a uma “seta sonora” implica ignorar o que os filósofos gregos já sabiam distinguir: o ato de dizer (*λέγειν*), plano dos sentidos e da efetiva designação, e o fato de nomear (*ὀνομάζειν*),

plano dos significados e da designação como mera possibilidade. A esta diferença se relacionam algumas dicotomias bem conhecidas entre os lógicos: *significatio* e *suppositio* (lógica medieval), intensão e extensão do conceito; *connotation* e *denotation* (J.S. Mill); *Sinn* e *Bedeutung* (Frege), *character* e *content* (Kaplan). Relaciona-se ainda à idéia de “double signifiante”, formulada por E. Benveniste em estudo sobre a atualização da língua no discurso. Ademais, ao contrário da seta numa encruzilhada e da indicação com o dedo, os signos dêiticos, exoforicamente usados, não apontam precisamente para certo referente, individualizando-o e identificando-o: apenas significam as pessoas que se põem no dimensão do discurso e representam certo lugar onde se situa tudo o que a elas esteja relacionado. Daí resultam naturalmente as dicotomias *próximo* x *afastado* no espaço ou no tempo e *interior* x *exterior* à esfera da interlocução. Todavia, somente através de recursos co(n)textuais de identificação é que o referente dos dêiticos pode emergir com clareza e precisão. A rigor, a palavra dêitica e os gestos que muitas vezes a acompanham cumprem no processo comunicativo funções distintas, embora complementares.

Divergindo de Mattoso Camara e de muitos outros lingüistas, Karl Bühler (1979: 108-9), Jakobson (1963: 179) e Umberto Eco (1988: 77-8) perceberam que os pronomes reúnem as funções de *índice* e de *símbolo*: carregam um valor simbólico invariável (significado) que serve de lastro a variáveis indicações no plano do falar concreto. Nas suas digressões lógico-filosóficas, Bertrand Russel também percebeu que os dêiticos (“egocentric particulars”) trazem consigo uma invariante semântica subjacente à variação designativa. Após arrolar o que ele considera as quatro formas mostrativas fundamentais (em inglês, “I”, “this”, “here” e “now”), Russel afirma a respeito delas o seguinte: “Nevertheless there is obviously *some* sense in which these words have a constant meaning, which is the reason for the use of the words” (1948: 100). Em sintonia com tal raciocínio, está a afirmação de Reichenbach (1947: 284) de que em inglês o conteúdo da palavra “I” pode ser descrito como “the person who utters this token”. De modo análogo, na língua portuguesa o pronome *eu* significa “a pessoa que fala”, valor que conserva em todos os dizeres, ainda que sejam diversos os sujeitos designados, reais ou imaginários (José, Maria, o “eu lírico”, *narrationis personae*, heterônimos, etc.). Na opinião de Bühler e de Jakobson, as unidades dêiticas só diferem dos demais signos da língua pelo fato de sempre atrelarem o processo de referência ao campo mostrativo que surge e se organiza em toda manifestação discursiva a partir do sincretismo “eu-aqui-agora”. Justamente por servirem para mostrar as coisas vinculadas ao tempo e lugar de quem enuncia, os signos dêiticos promovem a ancoragem do enunciado na realidade do contexto situacional.

Embora sem o aval ou reconhecimento de muitos lingüistas e lógicos modernos, é possível submeter a dêixis aos seguintes desdobramentos: a) *exófora* (indicação extratextual, *de re* ou ostensiva) x *endófora* (indicação intratextual, *de dicto* ou discursiva); b) *anáfora* x *catáfora*. A dêixis exofórica direciona o ato de perceber, particularmente o olhar para seres e acontecimentos

presentes na situação do discurso ou para seres e acontecimentos que dela estão efetivamente ausentes, mas que se presentificam enquanto representados ou projetados na tela da imaginação (“dêixis *in phantasmata*”), pelo poder de associação de idéias ou o pelo poder de recordar o que está no passado e de antecipar o que se põe no futuro (“dêixis memorial”, “referência deferida”). A dêixis endofórica atrai a atenção para o que se situa no interior do próprio processo enunciativo. A antinomia *anáfora / catáfora* tem como fundamento a oposição entre “apontar para trás” (visão retrospectiva) e “apontar para frente” (visão prospectiva). O vetor anafórico orienta a compreensão no sentido do que já foi dito e ouvido ou, de modo genérico, no sentido do que já é previamente conhecido. O vetor catafórico encaminha o olhar interpretativo na direção do que vai ser adiante conhecido ou mencionado.

Nos estudos sobre o grego feitos por Apolônio Díscolo, já se encontram sugestivas observações concernentes à função dêítica das formas pronominais. Para ele, tal função mostrativa pode ser essencialmente reduzida a uma divisão binária: a) dêixis *ad oculos* (δειξις τῆς ὄψεως); b) dêixis *ad intellectum* (δειξις τοῦ νοῦ). A primeira, que Apolônio também denomina simplesmente δειξις, consiste em indicar algo presente na situação do discurso, suscetível de imediato conhecimento pelos sentidos, sobretudo pela visão. A segunda, que ele também chama de ἀναφορά (anáfora), consiste em indicar algo não presente na situação do discurso, mas capaz de ser reconhecido pela inteligência (cf. *Sintaxe*, II, 11-12). Trata-se, pois, de uma divisão assentada em dois critérios: 1) presença de um referente material x ausência de um referente material; 2) conhecimento primeiro (apreensão pelos sentidos) x conhecimento segundo (re-conhecimento pela inteligência). Segundo Apolônio, os pronomes e o artigo definido podem indiferentemente servir para os dois tipos de indicação, embora algumas formas sejam mais usadas e adequadas para a dêixis *ad oculos* (pronomes de 1ª e 2ª pessoa) ou para a dêixis *ad intellectum*, (artigo definido, pronome relativo). Os pronomes de 3ª pessoa são igualmente usados para as duas indicações.

Examinando a linha de raciocínio traçada por Apolônio Díscolo, verifica-se que para ele a diferença entre dêixis *ad oculos* e dêixis *ad intellectum* constitui o necessário e suficiente para a descrição do funcionamento do sistema pronominal do grego. De fato, as distinções “dentro do texto” x “fora do texto” e “visão retrospectiva” x “visão prospectiva”, atualmente utilizadas junto com outras sutilezas classificatórias (v.g., *homophoric reference*; *esphoric reference*), embora possíveis nos planos do falar em geral e do falar concreto, não correspondem necessariamente a valores funcionais no plano idiomático. Em si mesmos, muitos pronomes da língua portuguesa não assinalam tais distinções: apenas contribuem para a identificação de alguma coisa presente ou presentificada na instância da fala, sendo indiferente o fato de o ente identificado aparecer no contexto verbal (co-texto) ou extraverbal e, ainda, ser visto como antecedente ou subsequente a determinado ponto de orientação. Assim, os pronomes *este (isto)* e *aquele (aquilo)* servem de igual modo para a indica-

ção exofórica e endofórica; para a orientação anafórica e catafórica. Funcionalmente, só é relevante para a distinção entre *este* e *aquele* a noção de *distanciamento*: o que está mais perto ou mais afastado de certa posição em que se situa o emissor na linha imaginária do discurso ou na extensão do real. Algo bem diverso ocorre em algumas línguas africanas, onde certos vocábulos (*pronoms logophoriques*) têm a exclusiva função de indicar anaforicamente o pensamento ou palavra de um sujeito citado em discurso direto ou indireto. Esclareça-se, ainda, que a anáfora, por seu caráter remissivo e por sua condição de sustentáculo da “isotopia”, representa, enquanto fenômeno observável no plano do falar concreto, importante recurso da continuidade enunciativa e, conseqüentemente, da coesão textual.

Já foi dito acima que na relação instaurada pelos pronomes possessivos a pessoa do discurso é sempre tomada como ponto inicial de referência. Cria-se, portanto, a expectativa de que tais pronomes sempre vinculem o objeto possuído a um **antecedente**, isto é, a um possuidor previamente conhecido ou mencionado. Por conseguinte, os possessivos vêm normalmente acompanhados de um sentido anafórico, de um olhar inevitavelmente voltado para o que é anterior no espaço do pensamento (o já conhecido) ou no *continuum* da fala (o já enunciado). A inclinação anafórica, característica que também se detecta noutros pronomes, só se inverte em catafórica, ou se oblitera, por alteração de certos parâmetros gramaticais ou pragmáticos. Vejam-se as seguintes frases:

- (06) Sua filha e Paulo foram para o jardim.
- (07) Paulo e sua filha foram para o jardim.
- (08) Com sua filha, Paulo foi para o jardim.

No exemplo (06), o possessivo remete a um antecedente que se situa fora do texto (o alocutário) ou aponta para um delocutado, diferente de Paulo, mencionado em fala anterior. No exemplo (07), o possessivo pode alternativamente remeter a dois antecedentes: Paulo e o alocutário. No exemplo (08), a topicalização do termo *com sua filha* provoca uma mudança vetorial: o possessivo deixa de ser anafórico e passa a catafórico. O mesmo ocorre nos casos de citações (“discurso direto”), em que a oração com o verbo *dicendi* aparece intercalada ou é deslocada para o final da frase:

- (09) “*Meu pai*”, disse Paulo, “viajou para Portugal”.
- (10) “*Nossa mãe ainda não chegou*” — gritaram juntas as duas filhas de Dona Ivone.

Pode-se, contudo, alegar que nos exemplos (09) e (10) a interpretação catafórica dos possessivos é mera conseqüência da suspensão do seu intrínseco valor anafórico, provocada na superfície da fala pela ordem que se atribui aos termos. Conforme diz Umberto Eco (1988: 78), os dêiticos são *vetores da atenção*: o seu papel “consiste à signaler que l’attention du Destinataire doit se fixer sur un objet or une situation particulière”. Em si mesmos, os possessivos não correspondem a um gesto verbal direcionado ao que vai ser dito, isto

é, não implicam para o entendimento antecipação nem expectativa com relação ao que será enunciado. Nos três exemplos, a interpretação catafórica apenas preenche um vazio criado pela impossibilidade da anáfora.

Estreitamente associado à dêixis pronominal está o fenômeno da substituição. Para Bloomfield (1935:247-63), tal processo consiste na utilização no discurso de uma forma lingüística em lugar de outra(s) com o mesmo valor referencial. A princípio, todos os pronomes podem funcionar como substitutos. Vale lembrar que entre os gramáticos gregos o termo *antonumía* (lat. *pronomén*) foi justamente criado, conforme a sua etimologia revela, para rotular certas palavras com o poder de substituir expressões nominais.

Segundo Bloomfield, o substituto pode ser independente (não sensível ao contexto verbal) ou dependente (sensível ao contexto verbal). O primeiro implica uma relação *in absentia*: o termo vicário que aparece no discurso mantém vínculo virtual de co-referência com uma forma particular (substituição específica) ou com uma classe de formas (substituição genérica) existentes na língua, mas ausentes do enunciado. O pronome *eu*, por exemplo, serve de substituto genérico, pois ocorre no texto em lugar de uma classe de termos que igualmente poderiam ser empregados para designar o emissor, como a expressão “este que vos fala”. A substituição dependente implica uma relação *in praesentia*, de natureza anafórica ou catafórica: na linha do discurso, o termo substituto remete ao conteúdo que se apreende ou se infere de um dizer anterior ou posterior, que corresponde ao termo substituído. Nos exemplos abaixo, o possessivo assume o papel de substituto anafórico em (11) e (12); na frase (13), funciona como substituto catafórico

- (11) José conseguiu terminar o livro. Agora vamos aguardar a sua publicação.
- (12) O carro tem bom acabamento, mas o seu motor é muito fraco.
- (13) Na época do seu lançamento, o livro fez grande sucesso.

Ao estudo da dêixis e da substituição, é preciso associar o problema da elipse. Com frequência, os possessivos e outros pronomes se relacionam com um termo ausente, mas recuperável com apoio na situação do discurso (elipse situacional) ou com base no que se encontra no interior de próprio texto (elipse cotextual). Tem-se a elipse situacional, por exemplo, quando o freguês, numa loja de roupas, aponta para certa peça e diz: “Já é minha! Vou levar agora!”. Neste caso, o possessivo *minha* se relaciona virtualmente com um nome do gênero feminino e número singular (v.g., a palavra *camisa*), disponível no sistema idiomático para representar o objeto referido. No exemplo abaixo, extraído do *corpus* do projeto NURC (inquérito 96 – RJ), a elipse situacional põe lado a lado os pronomes demonstrativo e possessivo:

- (14) #L Então eu levaria um pulôver de manga comprida, talvez menos bonito mas que agasalhasse mais.
#D E esse seu?

A elipse cotextual, que pode ser “anafórica” ou “catafórica”, ocorre junto aos possessivos nos seguintes enunciados:

(15) O meu apartamento, ao contrário do seu, não tem seguro.

(16) Pedro conseguiu prender ao seu o braço do garoto que se afogava.

6. Considerações finais

Situados no centro de múltiplas questões de ordem semântica e pragmática, os pronomes possessivos estão a merecer pesquisas mais largas e profundas. No plano universal da teorização lingüística, constituem valiosa fonte de estudo das relações do *eu* com o *tu* e de ambos com os *designata*, já que são instrumentos gramaticais que indiciam e associam, no espaço do discurso, as dimensões objetiva e intersubjetiva do falar em geral. Pela natureza da relação que estabelecem, os referidos pronomes devem ser analisados, no plano descritivo e comparativo, juntamente com outras formas de que as línguas dispõem para expressar possessividade, noção que se atrela, sozinha ou acompanhada da idéia de localização, ao ato de existir, valor que está na raiz da própria linguagem enquanto atividade enunciativa. Não é sem motivos que o verbo *ter* oscila e transita entre o mais evidente e prosaico sentido de posse em “ele tinha um dente de ouro” para o dominante sentido de existência, fática ou poética, em “no caminho tinha uma pedra”. Ao romper pelo gesto da voz o niilismo do silêncio inaugural, o indivíduo assinala o que tem ou pode aparecer (lat. *ex(s)istere*) em um ponto qualquer de uma realidade que ele próprio constrói ou com a qual se depara, apoderando-se semioticamente do designado para compartilhá-lo com o outro (alocutário). Verifica-se, pois, que a ação da palavra representa, por um lado, o despertar da consciência para o fato de que existir é “ser / estar aqui ou aí” (al. *Dasein*; ing. *there is*; it. *ci è*), o que implica algo que se “tem aqui ou aí” (fr. *il y a*) e implícita o *ser de* algum lugar, equivalendo a “se tenir et être tenu hors du néant”. Por outro lado, a verbalização constitui meio para alguma coisa *ser de* alguém, sem deixar de ser de outrem, uma vez que confere aos sujeitos envolvidos no processo comunicativo a incomensurável possibilidade de apropriação e comunhão simbólica de todo o Universo. Por conseguinte, não há demasia em afirmar que o ato de fala não é só espaço privilegiado para a primeira e mais ampla manifestação da existência das coisas; é também lugar em que a palavra assume a prerrogativa de tornar comum tudo aquilo que cada falante de certo modo possui .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Bern : A. Francke, 1965.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris : Gallimard, 1966.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. London: Allen & Unwin, 1935.
- BÜHLER, K. *Teoria del lenguaje*. Madrid: Alianza, 1979.

- CAMARA JR., J.M. *Princípios de lingüística geral*. 4ª.ed.rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris : Hachette, 1992.
- COSERIU, E. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- ECO, Umberto. *Le signe: histoire et analyse d'un concept*. Bruxelles: Labor, 1988.
- FREEZE, Ray. 1992. Existentials and other locatives. *Language*, 68:553-595, 1992.
- GRAMMATICI GRAECI. Leipzig: Teubner, 1878-1910.
- HARRIS, J. *Hermes or a philosophical inquiry concerning universal grammar*. London: Nourse & Vaillant, 1765.
- HJELMSLEV, L. *La categoría de los casos: estudio de gramática general*. Madrid: Gredos, 1978.
- JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris : Minuit, 1963.
- KAYNE, Richard S. Toward a modular theory of auxiliary selection. *Studia Linguistica*, 47:3-31, 1993.
- LANGACKER, Ronald W. Reference-point constructions. *Cognitive Linguistics*, 4 (1): 1-38, 1993.
- MEILLET, A. *Introduction a l'étude comparative des langues indo-européennes*. Paris: Hachette, 1949.
- NEVES, M.H.M. Possessivos. In: CASTILHO, A.T. (org.). *Gramática do português falado, vol. 3: as abordagens*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 149-211.
- POTTIER, B. *Systematique des éléments de relation : étude de morphosyntaxe structurale romane*. Paris : Klincksieck, 1962.
- REICHENBACH, Hans. *Elements of symbolic logic*. New York: Macmillan, 1947.
- RUSSEL, B. *Human knowledge: its scope and limits*. London: Allen & Unwin, 1948.
- SEILER, H. Possessivity, subject and object. *Studies in Language*, 7(1): 89-117, 1983.
- SOARES BARBOSA, J. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 3ª ed. Lisboa: Academia, 1862.
- SWOYER, C. Theories of properties: from plenitude to paucity. *Philosophical Perspectives*, 10: 243-264, 1996.
- TAYLOR, John R. *Possessives in English: an exploration in cognitive grammar*. Oxford: OUP, 1996.
- TESNIÈRE. L. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1966.